



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27233 - DF (2021/0008604-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : LIA NARA VILICZINSKI DE OLIVEIRA
IMPETRANTE : L DE O C - MENOR IMPÚBERE
REPR. POR : LIA NARA VILICZINSKI DE OLIVEIRA
IMPETRANTE : REINALDO GONCALVES DE OLIVEIRA
IMPETRANTE : ELAINE DESIREE VILICZINSKI DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADOS : LIA NARA VILICZINSKI DE OLIVEIRA - PR081638
ANNA CAROLINA ALMEIDA QUADROS - PR069607
IMPETRADO : MINISTRO DA CASA CIVIL
IMPETRADO : MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
IMPETRADO : MINISTRO DA SAÚDE
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por LIA NARA VILICZINSKI DE OLIVEIRA e outros contra ato praticado pelos MINISTRO DA CASA CIVIL, MINISTRO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA e MINISTRO DA SAÚDE, consubstanciado na edição da Portaria interministerial n. 648, de 23 de dezembro de 2020 e da Portaria interministerial n. 651/2021.

Alegam que o fechamento do Brasil com suspensão de voos advindos do Reino Unido, sem autorizar de forma explícita às operadoras aéreas que os brasileiros retornem ao país em voos diretos, obsta o retorno dos impetrantes, que não têm como comprar novas passagens.

Aduzem que a orientação do Consulado do Brasil em Londres, no sentido de que busquem escalas em outros países, representa maiores riscos de contaminação.

Narram que comprovaram a alteração da viagem de retorno para a data de 14/01/2021, e depois para o dia 21/01/2021, o que justifica o pleito de cancelamento e reconhecimento de abusividade da portaria em foco, em não admitir voos diretos do Reino Unido.

Por esta razão, defendem que as autoridades aeroportuárias devem autorizar o desembarque dos aviões com voos diretos de brasileiros vindos da Inglaterra.

Requerem a concessão de medida liminar, a fim de que sejam suspensos os efeitos da Portaria n. 651, de 8 de janeiro de 2021, autorizando o regresso dos impetrantes no voo direito então contratado, qual seja, Londres/Guarulhos/Curitiba. No mérito, pugnam pela nulidade da referida portaria com relação aos brasileiros, de modo a evitar qualquer restrição de entrada no país de aeronaves com tripulação de nacionalidade brasileira.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *mandamus*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Nesse contexto, a ausência de demonstração de um dos requisitos impõe o indeferimento na liminar. Esse é o caso dos autos, porquanto não demonstrada a probabilidade de êxito do *writ*.

A Portaria interministerial n. 651, de 08/01/2021, possui a seguinte redação:

OS MINISTROS DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e os art. 3º, art. 37 e art. 47 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 3º, **caput**, inciso VI, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e

[...]

Considerando o impacto epidemiológico que a nova variante do coronavírus **SARS-CoV-2(covid-19)**, identificada no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, pode causar no cenário atual vivenciado no País; resolvem:

[...]

§ 3º Ficam proibidos, em caráter temporário, voos internacionais com destino à República Federativa do Brasil que tenham origem ou passagem pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

O mencionado ato coator tem por base recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, bem como os diversos protocolos sanitários e de saúde pública em decorrência da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV2(covid-19), cuja declaração de emergência internacional foi editada pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020.

Seguindo esta mesma diretriz, podem ser citados ainda: a) a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, previsto no inciso VI do *caput* do art. 4º da Lei n. 13.675, de 11 de junho de 2018; b) a Portaria n. 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde; c) os incisos V e XXII do § 1º do art. 3º do Decreto n. 10.282, de 20 de março de 2020.

A par desse plexo normativo, não se afigura razoável possibilitar o embarque de passageiros sem atender às restrições impostas excepcional e temporariamente pelas autoridades tidas como coatoras, em detrimento da coletividade, especialmente considerando o cenário que vem vivenciando o País, com o impacto epidemiológico causado pelo coronavírus, pois as medidas adotadas não desbordam – em uma primeira análise – dos critérios técnicos necessários à manutenção da saúde e segurança públicas.

A propósito, veja-se precedente do Supremo Tribunal Federal:

LIBERDADE DE EXPRESSÃO – AGENTE POLÍTICO – HONRA DE TERCEIRO. Ante conflito entre a liberdade de

expressão de agente político, na defesa da coisa pública, e honra de terceiro, há de prevalecer o interesse coletivo, da sociedade, não cabendo potencializar o individual. (RE n. 685.493, relator Ministro Marco Aurélio, Tribunal Pleno, repercussão geral, DJe de 17/8/2020 - grifos acrescidos.)

Convém ressaltar que, no caso em exame, a referida portaria impõe restrições de modo genérico e abstrato, com regras objetivas e gerais, não havendo direcionamento antecipado, de maneira direta, imediata e pessoal, a nenhum destinatário concretamente individualizado.

Por conseguinte, vê-se que não decorre diretamente de tal dispositivo nenhuma ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública, a justificar a impetração de mandado de segurança, nos termos do art. 5º, LXIX, da CF, tendo em vista que o caso concreto cuida tão somente de norma genérica e abstrata, que possui presunção de constitucionalidade até decisão judicial em sentido contrário, na via processual adequada.

Não restou demonstrado, portanto, o *fumus boni iuris*, a ponto de autorizar a suspensão do ato normativo, tal qual pleiteada pelos impetrantes.

Ante o exposto, diante da ausência de um dos requisitos autorizadores da tutela de urgência, indefiro o pedido de liminar.

Notifique-se a autoridade coatora para que preste informações no prazo de 10 dias (art. 7º, I, da Lei n. 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, caput, da Lei n. 12.016/2009).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência